

AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO: QUALIDADE HABITACIONAL EM RESIDÊNCIAS DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

*Sandra Cristina Silva dos Santos¹,
Larissa Siqueira Camargo²*

¹Arquiteta e Urbanista graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/UNICESUMAR. samcs_al93@hotmail.com

² Mestre e docente do Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores do Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR, Maringá – PR. larissa.camargo@unicesumar.edu.br

RESUMO

Este trabalho consiste na formulação, aplicação e análise da Avaliação Pós-Ocupação (APO) no conjunto habitacional Milton de Paula Walter, localizado no município de Campo Mourão. O conjunto residencial faz parte do programa Minha Casa e Minha Vida do Governo Federal e possui caráter social, buscando moradias dignas para famílias de baixa renda. A metodologia consistiu na aplicação de questionários aos moradores, embasado na metodologia de Villa (2009), observações, registros fotográficos. A partir da análise realizada, identificaram-se as maiores causas de insatisfação por parte dos moradores em relação às suas respectivas residências e as melhorias necessárias, visando à qualidade da habitação.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação em edificações; Habitação de interesse social; Qualidade habitacional.

1 INTRODUÇÃO

Os projetos sociais de habitação para a classe baixa vêm crescendo no país, tornando possível a aquisição da casa própria por muitas famílias. A legislação, no processo de urbanização do Brasil, privilegiava os proprietários de terras diferentemente dos negros, índios e os camponeses que haviam sido marginalizados.

No período da Revolução Industrial, muitas pessoas tiveram que sair da área rural em busca de melhores condições de vida na cidade. No entanto, a demanda de pessoas chegando aos grandes centros urbanos era grande e fez com que os menos favorecidos buscassem as regiões periféricas e se submetessem a moradias precárias. “Esses centros não proviam habitações adequadas para suprir a nova demanda; a infraestrutura urbana existente não era suficiente para garantir qualidade de vida para a população recém-chegada.” (BORGES, 2013)

A Industrialização também resultou em concentração de riqueza para a burguesia e desigualdade para os operários. Trazendo esse contexto para os dias atuais, percebemos a dificuldade para que as famílias de baixa e média renda obtenham seu imóvel próprio.

A partir do ano de 2000, a classe C começou a ascender e o governo criou políticas que visassem à redução da pobreza. Dentre elas, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular foi o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social que objetivava auxiliar a população de baixa renda.

De acordo com Larcher (2005), a Habitação de Interesse Social é garantida pela constituição federal como direito e condição de cidadania. Porém, há uma preocupação pautada com mais intensidade no *déficit* habitacional existente de forma quantitativa, do que qualitativa dessas habitações. Habitações como estas, se tornam o único meio para que famílias de baixa renda venham a adquirir a moradia própria, contudo, se torna um nicho de mercado, com a produção de casas em série, sem a qualidade arquitetônica devida.

Baseado nesse contexto histórico é que esta pesquisa objetivou analisar, através do APO, se o conjunto residencial de interesse social Milton de Paula Walter da cidade de Campo Mourão garante qualidade habitacional. Para isto, busca-se compreender de que

forma a habitação atende e promove sustentabilidade urbana, ambiental e social dos moradores.

Para tal, uma Avaliação Pós-ocupação (APO) foi aplicada no conjunto residencial Milton de Paula Walter na cidade de Campo Mourão - PR, levantando os pontos positivos e negativos da habitação em termos de espaço, conforto, privacidade e demais itens para uma moradia digna.

Levando em consideração que a habitação de interesse social tem como público alvo famílias de baixa renda que necessitam de algum subsídio do governo, constata-se por meio do questionário que os fatores que levaram os moradores a buscarem o conjunto residencial em questão foram o preço das parcelas condizente ao valor salarial da família. Diante disso, percebe-se a necessidade de programas governamentais que auxiliem essas famílias, contudo, até que ponto esses programas atendem o que está previsto pela constituição federal como “moradia digna”?

Este artigo está dividido em três seções, além da introdução, constituído de fundamentação teórica, metodologia e discussão e análise dos dados da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O QUE É UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO?

A Avaliação Pós-ocupação (APO) é um procedimento sistêmico de avaliação em edificações, sendo realizado após a ocupação da edificação. A APO possibilita aos ocupantes melhorias de curto, médio e longo prazo a partir de uma análise do desempenho da obra, assim como melhorias em obras subsequentes às avaliadas. Conforme Duarte (2006, p. 59):

Mais do que um conjunto de métodos e técnicas para analisar o projeto e/ou construção da edificação, as APOs configuram-se como parâmetros para análise da ação, uso, e manutenção do ambiente construído, valorizando, para tanto, o ponto de vista do usuário. (DUARTE, 2006, p. 59)

A Avaliação Pós-ocupação pode ser realizada a partir de um questionário que permita aos participantes expressarem suas satisfações e insatisfações sobre a edificação e qualificarem questões referentes à funcionalidade, adequação familiar ao ambiente construído, estrutura da edificação, conforto ambiental, dentre outros tópicos.

Em geral, utilizam-se questões objetivas que permitiram ao morador a avaliação em diferentes níveis qualitativos, com possibilidades de resposta desde ótimo até insuficiente, e questões dissertativas que buscam coletar as opiniões dos moradores com mais liberdade para posterior análise.

2.2 O QUE É UMA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL?

A habitação de Interesse Social é um programa de iniciativa governamental, destinadas às famílias de baixa renda, que visa à diminuição do *déficit* habitacional no país, atenuando consequentemente as ocupações irregulares e precárias em lugares que não tenham condições mínimas para se morar.

De acordo com Medeiros (2007), no Brasil, mais de 80% de moradias foram feitas a partir do fenômeno da autoconstrução, onde os próprios futuros moradores e conhecidos constroem a própria casa. A autoconstrução pode acarretar problemas tanto para o próprio morador, que não conhece e, por vezes, não dá importância necessária aos aspectos de conforto, funcionalidade, salubridade e segurança da moradia, quanto

para o contexto em que a residência está inserida, ocasionando impactos de ordem ambiental e social, fato ocorrido principalmente nos grandes centros urbanos.

Diante disso, a instauração de políticas Habitacionais de Interesse Social no país tem contribuído para a desapropriação das pessoas de lugares inapropriados para se morar, assim como tem sido a oportunidade para a classe de baixa renda adquirir a própria moradia.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) foi instaurado em 16 de junho de 2005 pela Lei Federal nº 11.124 de cunho federativo que defende programas e políticas de habitação para o acesso da população de baixa renda a moradias dignas. O SNHIS foi criado a partir de um projeto de lei de iniciativa popular que dispõe de um novo arranjo institucional para a luta contra os problemas habitacionais. (HOLANDA, 2010)

Na década de 1930 foi criada a primeira política de habitação social pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs) no governo Vargas, que financiou milhares de moradias que em sua maioria eram destinadas para aluguel. O IAPs atendeu não somente brasileiros, mas também, muitos imigrantes que chegaram ao país nesse período, no entanto, essa política se restringiu somente às pessoas que haviam um vínculo empregatício formalizado. A posteriori, no ano de 1946 foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP) pela Lei nº 9218 que diferentemente do IAPs, foi menos excludente por ser voltado à população e baixa renda atingindo um maior número de pessoas. Como foram várias as atribuições à Fundação da Casa Popular, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) no ano de 1964, em pleno governo militar. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi uma das fontes de recursos para o SFH, como também, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

Durante o período entre 1964 a 1986, o governo financiou cerca de 4 milhões de moradias com mediação do SFH, contudo, apenas uma pequena parcela delas foi concedida para a população de baixa renda. Em 1986 foi extinto o BNH e houve uma reestruturação no Sistema Financeiro de Habitação. Com a extinção do Banco Nacional de Habitação, a Caixa Econômica Federal passou a absorver as funções e assumiu o setor habitacional no país.

Em 1988, a Constituição Federal implementou, como obrigatório, o Plano Diretor, instrumento de planejamento urbano, objetivando um bom desenvolvimento das cidades. O Plano Diretor pode ser definido como “[...] conjunto de medidas que concilia o desenvolvimento econômico-social de um município, com preservação e proteção ambiental.” (SCHWEIGERT, 2006). As cidades, a partir do Plano Diretor, deveriam garantir as funções sociais à população, garantindo melhores condições de vida e moradia digna.

Para que houvesse a institucionalização do direito à moradia, foi necessário um projeto de lei que fosse utilizado como veículo para a efetivação da moradia digna, sendo que no ano de 2005, no Governo Lula, foi instaurado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Como visto anteriormente, o processo de instauração de leis que visassem à melhoria nas moradias e a apropriação de pessoas com baixa renda das moradias do país, levou alguns anos até que se formulasse o atual Sistema Nacional de Habitação. O SNHIS, instaurado no ano de 2005, ainda é recente, no entanto, a Constituição de 88 já previa o acesso aos cidadãos às funções sociais, dentre elas, o direito à moradia digna.

A Lei 11.124 de 25 de julho de 2005, Seção III, Capítulo II, em seu artigo 12, permite que “os recursos do SNHIS sejam aplicados de forma descentralizados por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios”, concedendo, dessa forma, maior autonomia com este recurso. O inciso 3 desse mesmo artigo, promulga “apresentar Plano Habitacional de Interesse Social, *considerando as especificidades do local e da*

demanda”, ou seja, deve-se considerar as diferenças que há em cada local de modo a perceber, também a quantidade de moradores.

No conjunto habitacional em estudo, as dimensões dos cômodos das casas atendem as dimensões mínimas exigidas por lei, porém, percebe-se que há diferentes tamanhos de famílias que habitam a mesma residência e, ao considerar que a habitação tem como padrão 36.20 m² para casas que variam desde um morador até cinco moradores, constata-se a insuficiência de espaço para as habitações com mais moradores.

Para tanto, nota-se a mesma quantidade de metragem para diferentes quantidades de moradores, e neste caso tem-se “demandas” (Lei 11.125, Seção III, Capítulo 2, inciso 3) diferentes exigindo que haja edificações com especificidades variadas atendendo as diferentes quantidades de moradores.

Ao construir um conjunto habitacional de habitação de interesse social, deveriam ser levados em consideração os diferentes tamanhos de famílias que habitarão a residência e diante de uma análise, estipular, além do quesito baixa renda, quem será o público das residências para que se possam realizar os projetos considerando o público, para que as moradias sejam adequadas aos moradores.

3. METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico acerca das APOs e Habitação de Interesse Social para que se pudesse ter um maior conhecimento sobre o assunto, assim como ter referências e embasamento teórico para montar a APO. Posteriormente, foi selecionado um conjunto residencial que atendesse os quesitos de interesse da pesquisa, Avaliação Pós-ocupação em habitação de interesse social e o questionário foi aplicado e analisado.

Na sequência, será apresentado o contexto da pesquisa e como se deu a elaboração da avaliação pós-ocupação.

3.1 CONTEXTO DA PESQUISA

3.1.1 Escolha do Conjunto Habitacional Milton de Paula Walter

A escolha do Conjunto Habitacional Milton de Paula Walter, situado no município de Campo Mourão, se deu primeiramente pelo fato do conjunto se enquadrar como tipo de habitação alvo da pesquisa, Habitação de Interesse Social, por estar localizado em uma Zona Especial de Interesse Social e por meio de uma análise da planta de um modelo de casa.

O conjunto possui dois tipos de plantas, sendo que a planta analisada possui 36,20 m² de área útil e 40,79 m² de área total. Todas as moradias possuem sistema de aquecimento solar e o conjunto tem toda a estrutura de água, esgoto, rede elétrica e pavimentação.

3.1.2 Participantes

Os participantes da pesquisa são os próprios moradores do Conjunto Habitacional Milton de Paula Walter, totalizando 30 participantes que foram selecionados de forma aleatória e voluntária.

Além dos moradores, considerou-se como um dos participantes da pesquisa a própria pesquisadora, pois se tem como pressuposto de que ao desenvolver qualquer tipo de pesquisa, o pesquisador interfere direta ou indiretamente no meio. O questionário, por

exemplo, é produzido dentro da área de interesse do pesquisador, sendo que as questões são elaboradas pressupondo possibilidades de respostas.

3.2 ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO)

Como metodologia da pesquisa, foi utilizada a Avaliação Pós-ocupação baseado em Villa (2009) que prevê a adoção de métodos quantitativos, feito por meio de um questionário com perguntas objetivas, e métodos qualitativos, que permite aos entrevistados mais abertura para expressarem suas opiniões. Este método:

Consiste em um conjunto de métodos e técnicas que pretendem determinar o desempenho de uma habitação em uso, onde se leva em consideração o ponto de vista do arquiteto e dos usuários, bem como seu nível e grau de satisfação com tal projeto. [...] (ISTAN et al, 2015,p.3)

Para a formulação da APO, foi utilizado, majoritariamente, o método quantitativo, sendo que a maioria das perguntas do questionário é objetiva, a fim de fazer o levantamento numérico, com um total de 30 entrevistas para que houvesse maior precisão dos resultados.

As perguntas foram divididas em objetivas e dissertativas. As questões objetivas visaram atribuir critério de qualificação à habitação quanto ao conforto térmico, acústico, área construída, segurança e qualidade dos materiais a fim de fazer uma aferição física das habitações. As questões dissertativas foram claras e breves, exigindo respostas diretas e buscavam diagnosticar aspectos negativos e positivos do ambiente construído e da localização do conjunto. Os métodos de procedimento de análise adotados nessa pesquisa foram os métodos qualitativo e quantitativo. O método qualitativo busca um aprofundamento na “compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social” (TERENCE & FILHO, 2006). Diferentemente do qualitativo, o quantitativo se preocupa com a “representatividade numérica” (TERENCE & FILHO, 2006) não buscando interpretar os indivíduos, por exemplo.

Na sequência, a discussão dos dados e resultados da pesquisa serão apresentados.

4. DISCUSSÃO DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

Nesse tópico, a análise do questionário realizado com os participantes da pesquisa será evidenciada, levando em consideração não apenas o questionário físico, mas também as discussões orais que foram realizadas durante a aplicação do questionário com os moradores.

4.1 QUAIS SÃO OS ELEMENTOS QUE OS MORADORES APONTAM COMO INSUFICIENTES NAS RESIDÊNCIAS DO CONJUNTO MILTON DE PAULA WALTER?

Desde a primeira visita ao conjunto, até o final da coleta de dados, aproximadamente 8 semanas, foram perceptíveis mudanças feitas nas residências, principalmente em relação ao aumento dos muros que eram baixos e não permitem, para tanto, a privacidade necessária. De maneira geral, os moradores, ao responderem o questionário, não apontaram a altura dos muros como insatisfatório, no entanto, muitos haviam aumentado os muros e outros relataram que gostariam de aumentar posteriormente os muros e colocar portões mais resistentes.

A casa deve representar a privacidade e sociabilidade entre os familiares (COSTA, 2009), sendo essencial que haja privacidade entre moradores e os vizinhos para a preservação da identidade.

No gráfico I é possível averiguar que não há muitas reclamações dos moradores em relação aos muros, mas ao analisar o questionário, a principal mudança realizada foi o aumento dos muros e aqueles que ainda não fizeram alguma reforma, citaram que desejam aumentar os muros.



Gráfico 1: O que menos gosta no imóvel

Fonte: Questionário aplicado aos moradores da pesquisa.

Além dos muros não possuírem um tamanho ideal para subsidiar a privacidade entre a vizinhança, o quesito mais reclamado da aferição física da casa foi, no geral, o tamanho da casa, em especial, o tamanho da cozinha que é extremamente pequena, com 2,53 de comprimento por 1,80 de largura.

De acordo com a legislação do município, a cozinha respeita as dimensões mínimas, contudo os moradores alegaram que o tamanho é insuficiente, ocasionando problemas como desconforto térmico no momento de preparação dos alimentos, assim como falta de espaço para colocar os armários.

A divisão dos cômodos foi uma das questões bastante comentada pelo fato deles, no geral, não serem bem distribuído na casa, como é o caso já mencionado, da cozinha. A sala também foi um dos cômodos que os moradores se mostraram insatisfeitos pelo tamanho. Junta-se a isso, a área útil total construída da casa, com apenas 36,20 m² metros, aparecendo como o segundo item com maior insatisfação pelos moradores, conforme gráfico I.

Logo abaixo, no gráfico II, Avaliação dos aspectos físicos das moradias, percebe-se que a maioria dos itens foi avaliada pelos participantes como bom. Poucos moradores expressaram as insatisfações no questionário, sendo que as avaliações de ruim e péssimo foram minimamente utilizadas.

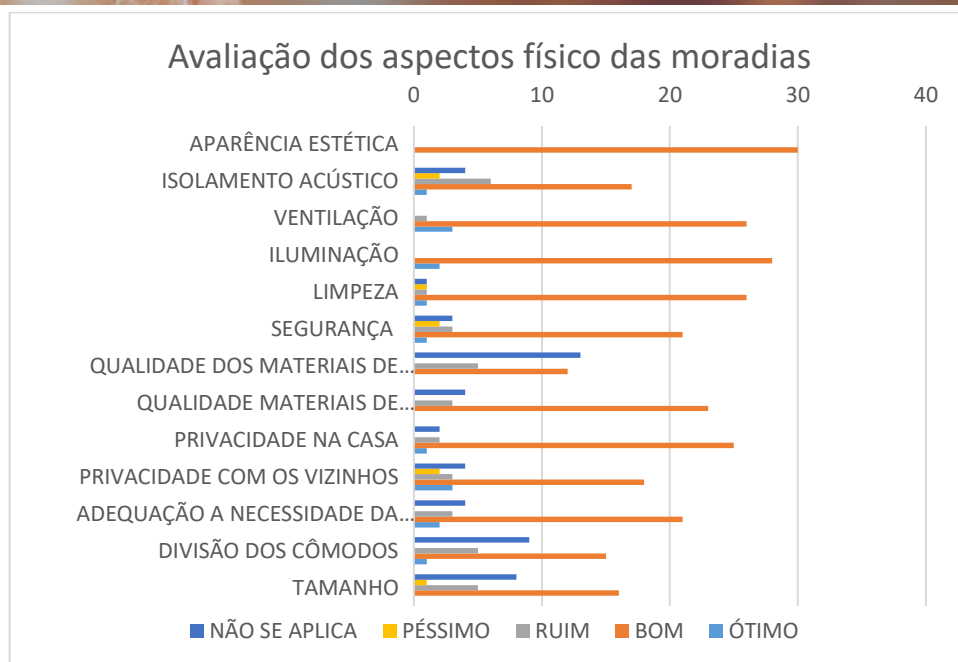


Gráfico 2: Avaliação dos aspectos físicos das moradias
Fonte: Questionário aplicado aos moradores da pesquisa.

O conjunto apresenta apenas dois projetos diferentes de casa, sendo que os mesmos são repetidos no bairro inteiro. Não há diferenciação entre as casas em relação ao vento predominante, a insolação e as faces da residência onde há maior incidência térmica.

Em relação ao conforto térmico das residências, os moradores afirmaram que o Conjunto Milton de Paula Walter é um conjunto localizado em uma área que há incidência de vento permitindo sua circulação, contudo percebe-se que não há um planejamento específico quanto ao vento predominante para maior conforto térmico das casas.

Os moradores também reclamaram dos ruídos externos a casa, em especial, dos ônibus que ali circulam. Em relação à iluminação natural da casa, todos apontaram como boa ou ótima, pois a casa tem abertura em todos os cômodos para o exterior.

Outro ponto que os moradores identificaram como positivos no conjunto residencial foi o fato do terreno ser grande, possibilitando a ampliação da casa e a construção de edícula e garagem. Percebeu-se que, desde a primeira visita no conjunto até a última ida ao local, algumas casas haviam passado por uma grande transformação, pois além de ter sido ampliado os cômodos foram feito também, garagem, colocado muros e portões, inclusive com luz com sensor de presença.

No item aparência estética, os moradores tiveram uma opinião positiva, pois a maioria gostou da aparência estética da casa, que embora comum, remete às casas brasileiras. Uma das características que tem sido eminentes dos conjuntos de Habitação de Interesse Social é a produção em série das casas, padronizadas e sem distinção na paisagem urbana, sendo o caso do conjunto em questão, porém, para muitos, por ser a conquista de uma vida, se mostraram satisfeitos com esse quesito.

Um dos limites verificados na pesquisa foi o questionário de cunho objetivo, pois ao conversar com os moradores, os mesmos relataram alguns problemas em diversos aspectos físicos das moradias. No entanto, ao assinalar o questionário, geralmente optavam pelo conceito “bom”. Como exemplo, o morador 3 relatou que o tamanho da cozinha era pequeno, mas estava bom daquele jeito mesmo, pelo fato de ser a casa própria. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de uma ferramenta para a coleta de dados que propicie o registro verbal dos relatos.

5 CONSIDERAÇÕES

A habitação de interesse social é defendida como uma condição de cidadania e tem como objetivo diminuir o déficit habitacional no Brasil. O atual Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social foi instaurado no país em junho de 2005 e defende políticas para o acesso da população de baixa renda a moradias dignas.

Diante disso, a pesquisa realizada no Conjunto Habitacional de Interesse Social Milton de Paula Walter buscou atender pessoas que necessitam de algum subsídio do governo para a aquisição da casa própria.

A Avaliação Pós-ocupação, procedimento sistêmico de avaliação após a ocupação da edificação, aplicado no conjunto avaliou tanto a qualidade das habitações quanto compreender o que é necessário para suprir as condições mínimas para adequação da família na habitação.

De maneira generalizada, os participantes alegaram estarem felizes com as habitações por ser uma conquista da casa própria, mas afirmaram a insuficiência de espaço dentro da residência. Como a quantidade de moradores varia desde um a cinco pessoas, é notório que a dimensão da casa não atende, por exemplo, a demanda da família composta por cinco pessoas. Constata-se a necessidade de habitações que atendam a demanda do público.

A maior parte das insatisfações foi manifestada oralmente, sendo possível constatar a necessidade de uma coleta de dados por meio do registro oral com gravações de áudio.

REFERÊNCIAS

BORGES, Joamara Mota. **Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa Minha Casa, Minha Vida em Águas Lindas de Goiás.**

Brasília, 2013. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14592/1/2013_JoamaraMotaBorges.pdf. Acesso em: 12 out. 2015.

COSTA, Débora Cristina Beraldes. **Gestão pós-ocupação em edifícios reabilitados para habitação de interesse social no centro de São Paulo.** São Paulo, 2009.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3146/tde-03072009-145355/pt-br.php>. Acesso em: 20 out. 2015.

DUARTE, Matheus Jaques de Castro Ribeiro. **Indicações para o projeto arquitetônico de edifícios multifamiliares verticais.** Uma análise pós-ocupação em Natal/RN.

Natal/RN, 2006. Disponível em:

https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12407/1/IndicacoesProjetoArquitet%C3%B4nico_Duarte_2007.pdf. Acesso em 13 ago. 2015.

HOLANDA, Anna Carolina. **A nova política de habitação de interesse social no Pará (2007-2010): Avanços e limites.** Belém, 2011. Disponível em:

<http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2011/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Anna%20Carolina%20G%20Holanda.pdf>. Acesso em 12 out. 2015.

ISTAN, LiamaraPasinatto; KEMPF, Andressa; MARTINELLI, Sabrina;

OLIVEIRA,TarcisioDorn de. **Avaliação pós-ocupação aliado à habitação de interesse social**, 2015. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2015/XX%20SEMIN%C3%81RIO%20INTERINSTITUCIONAL%202015%20-%20ANAIS/Graduacao/Graduacao%20-%20Trabalho%20Completo%20>

%20Sociais%20e%20Humanidades/AVALIACAO%20POS-
OCUPACAO%20ALIADO%20A%20HABITACAO%20DE%20INTERESSE%20SOCIAL.pdf.
f. Acesso em 4 maio 2015.

LARCHER, José Valter Monteiro. **Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitação de interesse social**. Curitiba, 2005. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/3514/larcher.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 agos. 2015.

MALARD, Maria Lúcia. CONTI Alfio; SOUZA, Renato César Ferreira; CAMPOMORI, Maurício José Laguardia. **Avaliação pós-ocupação, participação de usuários e melhoria de qualidade de projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica**. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/eva/art009.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MEDEIROS, Yara; MICHELINE, Pontes Cunhas, ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/mdc00005.pdf>. Acesso em 13 abr. 2015.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes, FILHO, Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa – ação nos estudos organizacionais**, 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf. Acesso em: 24 jun. 2015.

VILLA, Simone Barbosa. **Avaliando a habitação: relações entre qualidade, projeto e avaliação pós-ocupação em apartamentos**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 119-138, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/download/7409/5491>. Acesso em: 13 abr. 2015.